

Parlamentares querem apuração sobre gabinete paralelo no MEC

SUSPEITA DE IRREGULARIDADES

Parlamentares pedem que ministro seja investigado

A permanência no Ministério da Educação do titular Milton Ribeiro está sob pressão e a sua saída é cobrada por partidos de oposição, do centrão (bloco de siglas que apoiam o governo) e até pela bancada evangélica do Congresso.

A pressão surgiu após o jornal Folha de S.Paulo revelar um áudio em que o ministro afirma que, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, prioriza o atendimento a prefeitos que chegam ao ministério por meio dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. Ribeiro nega que tenha beneficiado aliados.

A suposta captura do ministério pelos pastores, que intermediam o acesso de prefeitos à pasta e parecem controlar parte da agenda do ministro mesmo sem ter vínculo com a gestão, já havia sido revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo há alguns dias. No áudio que surgiu esta semana, Ribeiro afirma:

– Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do (pastor) Gilmar (Santos).

Arilton Moura e Gilmar Santos estavam na reunião que teve o áudio captado.

– A minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar – acrescenta Ribeiro, na conversa.

Gilmar e Arilton estiveram em pelo menos 22 agendas oficiais do Ministério da Educação desde o começo de 2021, sendo 19 delas com a presença do ministro. Além disso, já estiveram em cerimônias ao lado de Bolsonaro, desde 2019 (foto acima).

Os deputados federais Kim Kataguiri (União Brasil-SP) e Túlio Gadêlha (PDT-PE) protocolaram, ontem, pedidos para que a Procuradoria-geral da República (PGR) apure as denúncias. Gadêlha também apresentou requerimento para que Ribeiro seja convocado a prestar esclarecimentos ao plenário da Câmara.

Na última sexta-feira, o Ministério Público (MP) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) também havia solicitado a apuração do caso, em razão das denúncias.

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) foi outro que afirmou

que acionaria o MP e a PGR ainda ontem. “Não podemos tratar como ‘novo normal’ absurdos e/ou cometimento de crimes”, publicou o parlamentar em rede social.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) também reagiu e, em nota, classifica a ação do ministro e pastor Milton Ribeiro como “lamentável”. “Prefeitas e prefeitos afirmam que o Brasil não pode silenciar diante de uma situação tão injusta do uso do dinheiro público”, destacou a entidade em comunicado.

Segundo o Estadão, o que desagradou a bancada evangélica é o fato dos dois pastores serem “desconhecidos” em Brasília. A intenção agora, é de que o ministro seja substituído por um político evangélico ligado ao centrão. Republicanos, PL e PP estariam de olho na vaga. À colunista da Folha de S.Paulo, Mônica Bergamo, o vice-presidente da bancada evangélica, Luis Miranda (Republicanos-DF), de oposição ao governo, declarou:

– Se os fatos forem comprovados, é caso, sim, de exoneração do ministro.

Contraponto

Ribeiro negou, ontem, que Bolsonaro tenha pedido atendimento preferencial a pastores na liberação de recursos para municípios. Em nota, disse que, desde fevereiro de 2021, foram atendidos in loco 1.837 municípios, em reuniões “eminentemente técnicas” organizadas por parlamentares e gestores locais, registradas na agenda pública do ministério. “Registro ainda que o presidente da República não solicitou atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem”, afirma o texto, apesar de, no áudio, Ribeiro citar que a liberação de recursos foi “pedido especial” de Bolsonaro.

Ribeiro ainda negou qualquer irregularidade e disse que o fato de ser evangélico não influi no modo como comanda a pasta. “Independente de minha formação religiosa, que é de conhecimento de todos, reafirmo meu compromisso com a laicidade do Estado, compromisso esse firmado por ocasião do meu discurso de posse”, acrescentou.



Gilmar Santos, Bolsonaro, Luiz Eduardo Ramos (ministro da Secretaria-Geral da Presidência) e Arilton Moura, no Planalto, em 2019

“Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do (pastor) Gilmar (Santos). (...) A minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar.

MILTON RIBEIRO
Ministro da Educação, em áudio revelado nesta semana

“O presidente não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem. (...) Reafirmo meu compromisso com a laicidade do Estado, firmado por ocasião do meu discurso de posse.

MILTON RIBEIRO
Ministro da Educação, em nota, ontem, após a revelação do caso

Agilidade na liberação de recursos chama a atenção

A ação dos pastores no Ministério da Educação (MEC) indica agilidade fora dos padrões de repasses federais na liberação de verbas da pasta para municípios. Desde o começo do ano passado, os religiosos Gilmar Santos e Arilton Moura intermediaram encontros de prefeitos no MEC que resultaram em pagamentos e empenhos (reserva de valores) de R\$ 9,7 milhões, dias ou semanas após promoverem as agendas, segundo apuração do jornal O Estado de S. Paulo.

Em um dos casos, a prefeita Marlene Miranda, de Bom Lugar (MA), teve o pedido de dinheiro atendido em 16 dias. Em 16 de fevereiro, ela esteve no MEC com o marido, o ex-prefeito Marcos Miranda, em agenda intermediada por Gilmar e Arilton. No último dia 4, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) reservou R\$ 200 mil para pagamento à prefeita. O recurso foi destinado para a construção de uma escola de educação infantil. Procurada, a prefeita não quis comentar.

Além disso, só em dezembro

foram firmados termos de compromisso, etapa anterior ao contrato, entre FNDE e nove prefeituras, de R\$ 105 milhões, após reuniões com os pastores. Ao menos 48 municípios foram contemplados depois de encontros com os pastores entre os primeiros meses de 2021 até agora, sendo 26 com recursos do FNDE – o restante recebeu verba de emendas do orçamento secreto, medida utilizada pelo governo para obter apoio legislativo em votações no Congresso.

Especialista em finanças públicas, Eduardo Stranz afirma que é “difícil” um prefeito conseguir liberar recursos em 16 dias:

– É muito difícil. Temos coisas que não são pagas desde 2010, para ter uma ideia.

Procurados, Gilmar e Arilton admitiram que levam prefeitos ao MEC, mas não explicaram por que participam de reuniões, já que não têm cargos no governo. Apenas ressaltaram que nunca pediram contrapartida pelo acesso ao ministro e que fazem isso porque são “homens de Deus”.



Ribeiro

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Suspeita de Irregularidades **Página:** 6